

Um, nenhum e cem mil Brasis

Antonio Scocozza

Corajoso, audacioso, este número 15 da revista **Alceu** tem uma forte ambição: apresentar um possível panorama do cinema brasileiro, dando-lhe um corte acadêmico-científico, sem querer se concentrar sobre uma única temática, um único diretor, ou um período bem delimitado de uma das mais interessantes cinematografias latino-americanas. Pelo contrário, pretende analisar a inteira trajetória cinematográfica brasileira, interpretando-a através de um amplo número de ensaios histórico-críticos pontuais, otimamente harmonizados pela competência brasilianística e pela sensibilidade editorial do organizador Gian Luigi de Rosa.

Mais páginas, mais vozes, um registro no seu complexo altamente científico, apresentam uma visão do assunto em toda a sua amplitude, observações que nascem em anos de fundamentais mudanças na vida social e política do Brasil.

De fato, se comparamos a atividade dos últimos governos, o de Fernando Collor de Mello e os de Fernando Henrique Cardoso até os primeiros meses do governo de Lula, podemos notar algumas mudanças radicais na política de incentivo à cultura, da qual o cinema é parte integrante.

Collor de Mello vence as eleições em 1989 com 42,7% dos votos (35 milhões de votos) contra Lula (que na sua primeira experiência de candidato à presidência alcança o 37,9% dos votos, além de 31 milhões de votos). Em 15 de março instala-se no cargo presidencial e, no dia seguinte, o fatídico 16 de março, anuncia o *Plano Collor 1*: um plano de ressaneamento das contas públicas através de cortes substanciais. Esse plano, composto por 20 medidas provisórias e por três decretos, incluía, além do bloqueio das contas bancárias e das poupanças, a reforma monetária (o cruzeiro substitui o cruzado novo, mantendo o mesmo valor), o fechamento da Embrafilme,

da Funarte e de outras instituições que tinham como objetivo o financiamento das atividades culturais e a ab-rogação da Lei Sarney, que regulamentava o subsídio para todas as formas artísticas.

Essas medidas provocaram uma grave crise que será, logo, sigilada pelo processo de *impeachment* contra Collor, que teve começo no dia 8 de setembro de 1992 e que levaria à presidência o seu vice, Itamar Franco. Do ponto de vista cinematográfico, como evidenciam, aqui, os textos de Maria do Rosário Caetano e de Giovanni Ottone, ocorre uma queda total e a produção se mantém a níveis quase nulos.

Passado o ciclone Collor, o cinema, que já tinha se revigorado com as leis de incentivo à produção cinematográfica a capital misto, dá começo àquela fase que ficou comumente conhecida como *Retomada* ou renascimento do cinema brasileiro.

Em 1º de março de 1995, Itamar Franco entrega a faixa de presidente a Fernando Henrique Cardoso, Lula derrotado pela segunda vez nas eleições presidenciais. O primeiro governo de FHC, que seria reeleito em 1999, ganhando mais uma vez contra Luiz Inácio Lula da Silva, inscreve-se na história como um governo de estabilidade econômica. O Plano Real aprovado, em 1994 (quando Cardoso era ministro), é o ponto de força que levaria Cardoso à vitória contra Lula, o candidato natural depois do *impeachment* de Collor, e que daria ao Brasil, depois de anos de inflação selvagem, uma moeda estável e forte (o Real vem equiparado ao valor do dólar e afasta o espectro da inflação) e, aos brasileiros, um maior poder de compra.

O panorama artístico-cultural e, no nosso específico, cinematográfico, alcança resultados bastante positivos graças ao fato que o Ministério da Cultura teria, em ambos os mandatos, um único ministro, Francisco Weffort, que conseguiria concluir uma série de projetos e programas, desfrutando altamente da legislação vigente. Todavia, se o MinC consegue consolidar sua posição e Weffort consegue dar credibilidade às próprias funções, ocorrem muitas coisas que não são levadas ao término, assim como os pressupostos teriam feito auspiciar.

Se analisamos os dados publicados pelo site do MinC (www.cultura.gov.br), podemos ver uma série de projetos financiados através das leis do incentivo, quase 10.500, e de dados que dariam crédito à gerência de Weffort durante os governos FHC. Além disso, o MinC bancou mais de 18 mil projetos, através de uma série de fundações coligadas. Para um total de 28.500 projetos foram gastos mais de três bilhões de reais, provindos de capital público e particular.

Entre as principais críticas feitas à administração de Weffort há aquela que se refere ao uso excessivo das leis do incentivo, mas, sobretudo, ao fato de não ter conseguido atuar uma verdadeira política capaz de regulamentar definitivamente o campo. O incentivo através do capital particular tem claramente muitos limites, qualquer firma deve sempre se confrontar com as estratégias do *marketing* empresarial e, portanto, afrontar também um discurso de retorno comercial em publicidade. Por conseguinte, um projeto que não seja capaz de satisfazer estes requisitos não é considerado idôneo

para as especulações comerciais e não pode fruir deste tipo de financiamento, mesmo que se trate de um projeto de elevado valor artístico e cultural. De uma certa forma, confirmam essa situação as duras palavras contidas no artigo de Eryk Rocha sobre as qualidades artísticas das produções cinematográficas brasileiras dos últimos anos. Ainda mais, há outro dado que não deve ser subestimado, a exclusão comercial interessa também a outro aspecto da produção fílmica: a maior parte dos projetos financiados pertencem ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mantendo parcialmente fora desse processo os projetos que vêm dos outros estados do Brasil.

Nos oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso houve muita proposta cultural e, além da retomada da produção cinematográfica, através da qual o cinema nacional assegurou sua presença nos circuitos nacionais e teve a possibilidade de se apresentar, novamente, no panorama cinematográfico internacional, surgiram centros culturais e fundações, muitos dos quais ligados a bancos, grupos teatrais, manifestações e mega-exposições culturais (algumas itinerantes), e aviaram-se variados projetos de restauração.

Apesar da vivacidade cultural daquele período, pode-se afirmar que não são realmente muitos os méritos que o ministério de Weffort levará consigo na história do Brasil, visto que a maioria dos projetos que deram vida a esse processo de renascimento afunda as próprias raízes em leis precedentes ou é fruto de improvisações. Nesses oito anos não houve uma verdadeira política cultural, uma real estratégia e um papel próprio do governo em campo cultural, que se pudesse traduzir em planos e ações específicas para os diferentes segmentos culturais.

Depois disso, resta-nos olhar para a experiência presidencial de Lula, que conseguiu, em 2002, depois de três derrotas eleitorais, alcançar o consenso popular. Um dos primeiros atos do novo presidente foi a nomeação, ao Ministério da Cultura, do cantor e ex-tropicalista Gilberto Gil, que participou, nos anos 1960, de um dos mais interessantes momentos culturais ligados a um momento histórico e político bastante difícil.

Tem que ser evidenciado que o mesmo Lula e suas vicissitudes políticas e eleitorais, além da sua “entusiasmante” biografia, já se tornaram argumento de curtas-metragens e de um filme. Pelo que se refere a Gilberto Gil e ao seu cargo ministerial, muitos desafios são enfrentados, principalmente o que é relativo ao *budget* de que o MinC dispõe, o menor entre os ministérios (apenas o 0,3 % do balanço do Governo Federal), para poder atuar o projeto *A imaginação a serviço do Brasil*, através do qual se quer realizar uma intervenção mais direta do Estado nos variados segmentos culturais, para que esses sejam desvinculados das leis de incentivo e para tornar reais todos os pontos que há mais de 10 anos são vigentes no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), mas nunca vêm sendo inteiramente realizados.

Num ideal mapa da geografia cinematográfica latino-americana, o Brasil era e é um capítulo iniludível e fundamental, ao ponto que, sem afrontar seus grandes

mitos (de Carmen Miranda a Glauber Rocha), não é possível entender realmente a vida de celulóide da América Latina. O Brasil apresenta tantos aspectos e numerosas realidades humanas, que se quiséssemos encaixá-lo numa única categoria, embora seja apenas relativa ao cinema, resultaria profundamente limitado. No fundo, o Brasil é um, nenhum e cem mil...

Antonio Scocozza é professor da Universidade de Salerno.